



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **3001134-11.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Nilton Almeida dos Santos**
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor visa à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em efetuar a mudança do relógio medidor de energia existente no imóvel que especificou, bem como em alterar a titularidade dessa unidade consumidora para ele.

A preliminar de falta de interesse de agir do autor, suscitada em contestação pela ré, não merece acolhimento.

Com efeito, inexistente norma que impusesse ao autor dirigir-se administrativamente à ré antes de promover a ação aforada para alcançar o seu desiderato.

Ainda que pudesse fazê-lo, não estava obrigado a isso.

Ademais, a preferência pela via judicial como forma de solucionar a pendência justifica-se pela possibilidade de, a partir do eventual resultado da ação, dispor o autor de meios mais consistentes para que isso se concretize.

Sendo o processo útil e necessário para o fim a que se destina, rejeito a prejudicial arguida.

No mérito, a própria ré reconheceu a fl. 15 a inexistência de impedimento para a realização das alterações pleiteadas pelo autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isso basta à convicção de que a pretensão deduzida prospera à míngua de óbice para tanto.

A condenação às obrigações especificadas a fl. 02 é nesse contexto de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a no prazo de quinze dias efetuar a mudança de local do relógio medidor de energia no imóvel em apreço na forma desejada pelo autor, bem como realizar a mudança da titularidade da unidade consumidora em pauta para o nome do autor, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 4.000,00.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA